

PLANO STJ 2020

ÉTICA - TRANSPARÊNCIA

COMPROMETIMENTO

SUSTENTABILIDADE

APRENDIZAGEM CONTÍNUA

Em que melhoramos?

O resultado global do plano foi de 89,57% para 90,66%



O que merece atenção?

O objetivo Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes continua com desempenho crítico, atingindo somente 36,53% da meta.



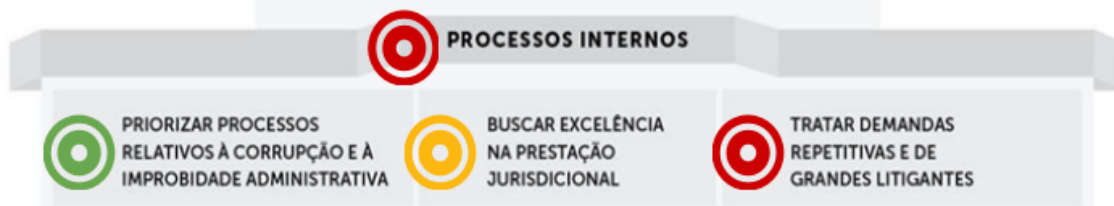
Movimentação Processual

294.648
Julgados



268.116
Distribuídos

379.392 Tramitando



Sociedade



100%

Processos internos



74,93%

Pessoas e recursos



97,06%

Chegamos ao final do 3º trimestre de 2016 com 90,66% de cumprimento do Plano STJ 2020.

No que tange à movimentação processual, destaca-se a redução de 4% do acervo em tramitação no Tribunal em relação ao mesmo período de 2015.

Na perspectiva Sociedade, destaca-se o atingimento de 100% das metas esperadas para os objetivos estratégicos "Promover a cidadania" e "Oferecer serviços com qualidade", o que demonstra um grande compromisso com o cidadão.

Quanto aos Processos internos, apesar da discreta queda de 1% no objetivo "Buscar excelência na prestação jurisdicional", continuamos com cumprimento superior a 100% no que tange ao Atendimento à demanda, uma das razões para a redução do estoque no período. Contudo, merece atenção o objetivo "Tratar demandas repetitivas e de grande litigantes", pois a meta esperada para o indicador "Tempo médio da afetação à publicação de acórdão" é de 160 dias e ainda nos encontramos com um período médio de 438.

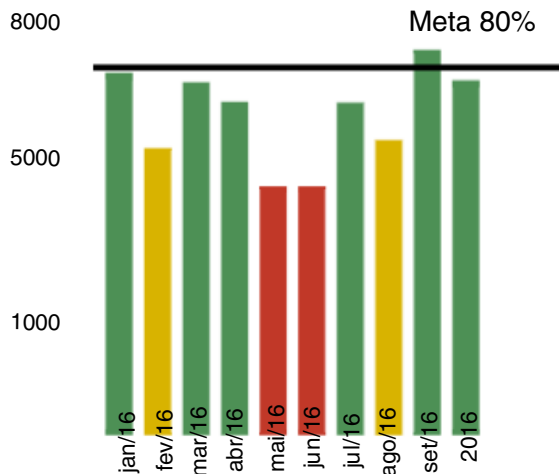
Houve uma pequena queda no desempenho da perspectiva Pessoas e Recursos, que passou de 97,47% para 97,06%, tendo em vista um recuo de 0,5% no resultado do objetivo "Fortalecer a governança institucional" com um ajuste necessário na mensuração do indicador de Governança institucional. Salienta-se o cumprimento de 149,25% da meta esperada para "Adesão às ações de educação corporativa", apesar das restrições orçamentárias que levaram à diminuição da oferta de oportunidades de capacitação. Tal atingimento demonstra o comprometimento dos servidores da Casa com o valor da Aprendizagem Contínua. Também foram incrementados os itens mensurados em sustentabilidade. Agora podemos acompanhar além do consumo de papel e copos, o gasto com garrafas, telefonia, energia, água e combustível.

A seguir maiores informações sobre os indicadores e projetos que compõem a estratégia do Tribunal, bem como uma breve descrição do alinhamento estratégico nas unidades.

Indicadores

Oferecer serviços com qualidade

Satisfação do cidadão



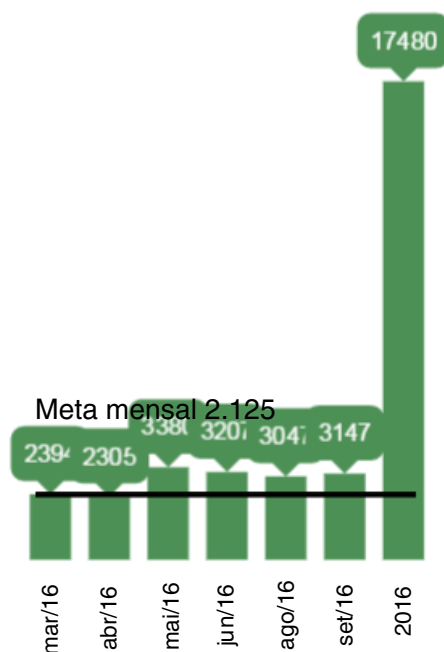
No 3º trimestre de 2016, a Pesquisa de Satisfação do Cidadão do STJ, em seu modelo renovado desde o trimestre anterior, alcançou não apenas os melhores resultados, mas uma participação significativa dos cidadãos, fruto de uma campanha de divulgação iniciada após observação da baixa participação no 1º semestre, bem como uma ênfase nos serviços prestados pela Secretaria de Jurisprudência.

Assim, a média de satisfação durante o trimestre chegou a 90,89%, bem superior à média de 75,23% observada no semestre anterior. E dos 1.936 participantes durante o ano todo, 66% responderam à pesquisa entre julho e setembro, sendo que 1.111 apenas em setembro - 57% do total do ano. Mesmo com este quantitativo mais elevado de respondentes, observa-se que o percentual de satisfação em setembro foi o mais alto do ano, atingindo ótimos 92,89% no total dos mais de 20 serviços pesquisados.

Destaca-se também que a Ouvidoria, responsável pelo acompanhamento deste indicador, repassa os resultados de cada serviço para as áreas responsáveis, contribuindo para o aprendizado organizacional.

Promover a cidadania

Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania



A dedicação das várias unidades envolvidas na busca de atingir o máximo possível de cidadãos com ações benéficas do STJ evidenciou-se novamente e, já durante o 3º trimestre, a meta anual de 17.000 beneficiados foi superada.

Em particular, as maiores contribuições quantitativas no período foram do Programa Memória e Cultura: dos 6.194 beneficiados no trimestre, 5.104 foram por meio das ações da equipe do Museu. Os números alcançados com as ações socioeducativas mostram o sucesso do Programa, que já atingiu a meta estratégica anual em 2 de suas 5 atividades (Sociedade para Todas as Idades e Eventos Culturais) e está próximo do sucesso nas outras 3 ações.

A Assessoria de Gestão Socioambiental registrou que, pela ação Coleta Seletiva Solidária, mantiveram-se ativos os 61 cooperados já cadastrados. Como previsto, a atividade de Educação de Jovens e Adultos, após um período de demissões, não avançou no 3º trimestre, mas há perspectiva positiva para o 4º. Houve continuidade na atividade de Inclusão digital com mais 21 formados e 55 pessoas foram beneficiadas com as visitas cidadãs.

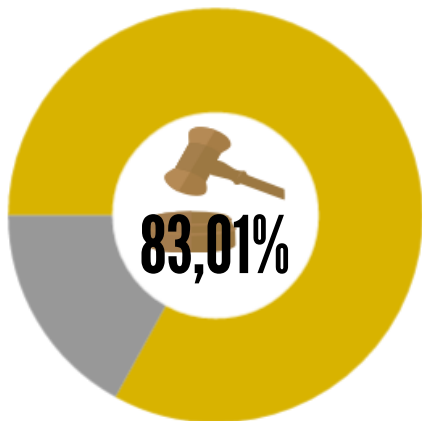
No trimestre, houve novamente interesse significativo de cidadãos tanto por ações presenciais, quanto por cursos à distância e dessa maneira 831 pessoas foram beneficiadas pelos esforços gerenciados pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas: as ações presenciais já tiveram a participação de mais do dobro de interessados previstos inicialmente para o ano todo - 1.885 beneficiados, frente à expectativa de 850. Ao mesmo tempo, a previsão dos cursos à distância para o 2º semestre foi ampliada para disponibilizar 1.000 novas vagas. Destaca-se que o subprograma Conexão Cidadã (cursos EaD), inclusive, foi premiado recentemente na categoria desenvolvimento sustentável e responsabilidade social no Prêmio Ser Humano 2016 - Brasília, evidenciando a relevância da ação.



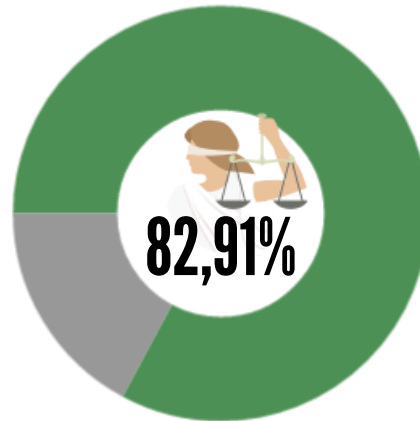
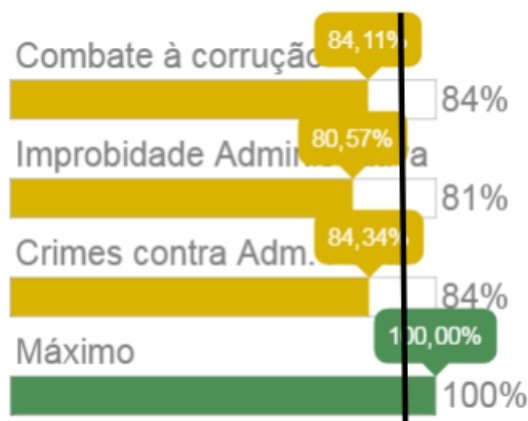
Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa

Julgamento de ações - até 2013

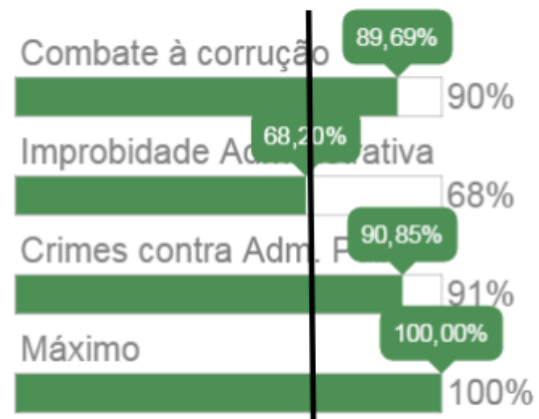
Julgamento de ações - 2014



Meta 90%



Meta 70%



O presente indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2016, busca o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública em determinados períodos. Dessa forma, com o intuito de cumprir a meta, mensalmente são enviadas aos gabinetes de ministros planilhas de acompanhamento demonstrando o desempenho mensal. Essa ação também procura subsidiar as decisões no tocante a alavancar o desempenho desse indicador.

Nota explicativa: O Conselho Nacional de Justiça e o STJ fazem o acompanhamento da Meta 4 subdividindo-a da seguinte maneira: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2013; e 70% das distribuídas em 2014. Após, em relação a cada ano, separa em 2 tipos de ação: Improbidade Administrativa; Crimes Contra a Administração Pública. Com isso, o somatório desses 2 tipos de ação gera o percentual de cumprimento quanto às ações de Combate à corrupção.

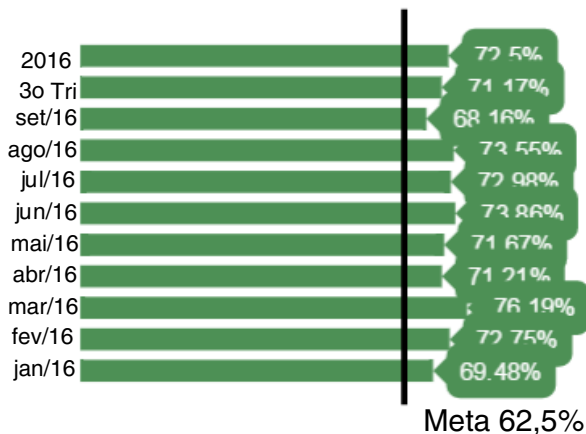
Para enriquecer a compreensão, o resultado também é representado graficamente por uma média dos percentuais de cumprimento das ações em relação aos períodos de referências.

A representação gráfica "Máximo" somente auxilia na demonstração dos percentuais de cumprimento quanto ao julgamento de cada tipo de ação.

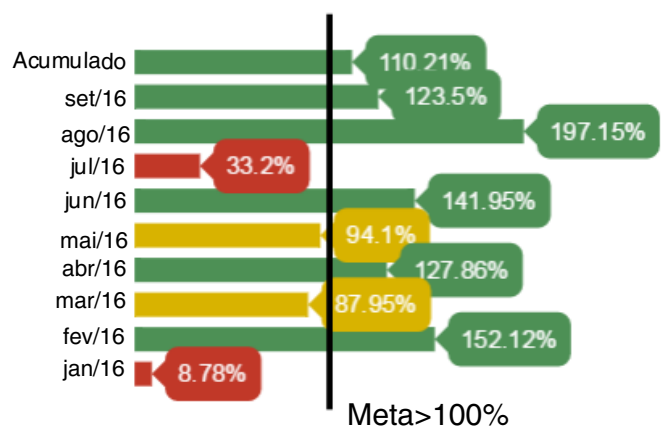


Buscar excelência na prestação jurisdicional

Agilidade no julgamento



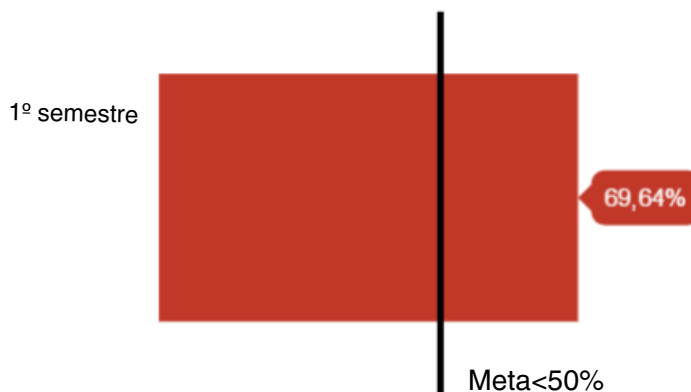
Atendimento à demanda



O indicador Agilidade no julgamento, que para 2016 tem meta de 62,5% de processos baixados em até um ano, teve uma leve queda no desempenho do trimestre no comparativo aos anteriores (2,94% em relação ao primeiro e 1,35% em relação ao segundo), mas manteve o cumprimento da meta com um índice 8,67% acima do estipulado.

O indicador Atendimento à demanda (equivalente à Meta Nacional n. 1) monitora se o número de processos julgados está maior que a entrada de casos novos, demonstrando se há equilíbrio entre a produtividade e a demanda do Tribunal. Os resultados apurados no trimestre mantiveram o indicador com situação ótima de desempenho, sendo que os Ministros julgaram, ao longo de 2016, 10,21% a mais de processos do que entraram no Tribunal, diminuindo perceptivelmente o estoque.

Congestionamento

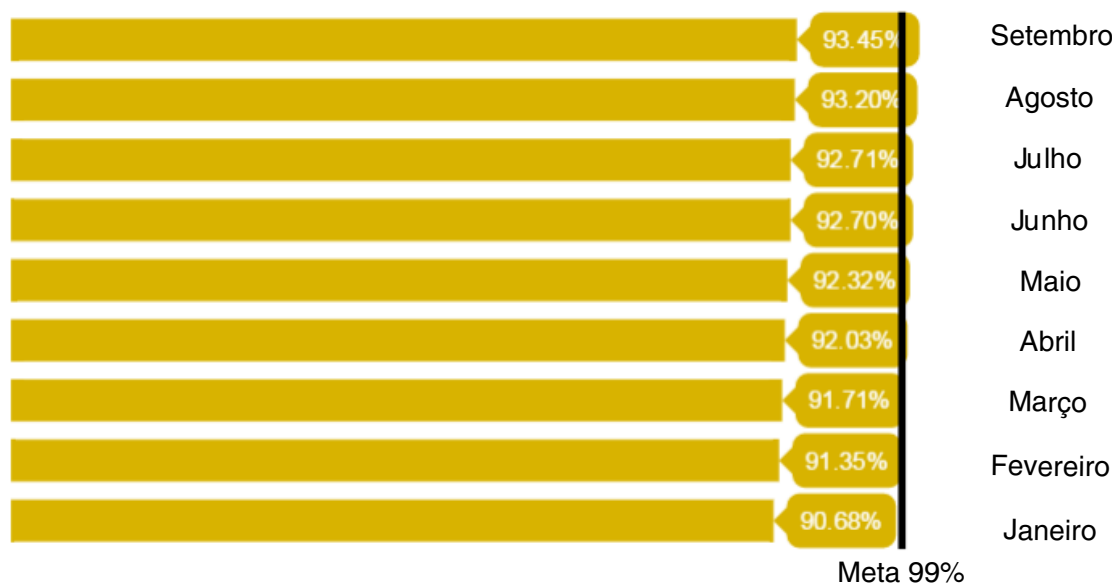


O índice de congestionamento visa mensurar o número de processos baixados em relação ao total de processos tramitando (casos novos e pendentes). O resultado apurado no primeiro semestre ficou abaixo do estipulado como meta para o indicador. Contudo, considera-se para o cálculo do indicador o volume de processos pendentes no Tribunal em dezembro de 2015 e somente a produção semestral, o que gera uma anomalia em termos de taxa esperada. Como referência para a tendência de cumprimento da meta pode-se considerar que, se for mantida a mesma produção no 2º semestre, alcançar-se-á 53,42% de congestionamento, representando um aumento de 2,49% em relação à taxa alcançada em dezembro de 2015. Assim, o Tribunal não cumpriria a meta proposta para o exercício vigente, que é de 50%.

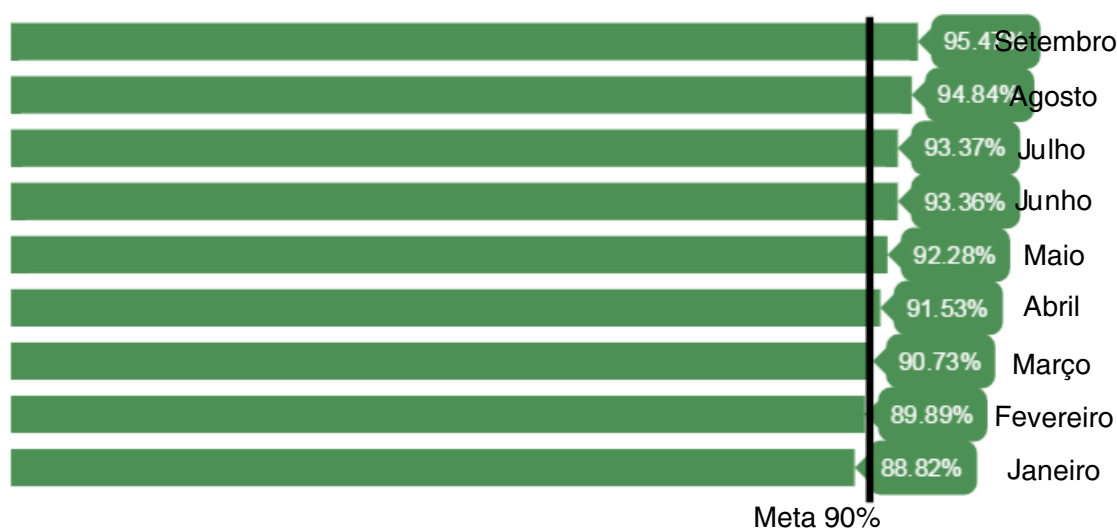
Dessa maneira, há necessidade de avaliação de medidas possíveis para conter a demanda ou agilizar a produção de baixados do Tribunal.

Processos antigos com primeira decisão

Até 2011



Em 2012



O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2 de 2016, está dividido em dois períodos base: processos distribuídos até 31/12/2011, com meta de julgar 99% até 31/12/2016, e processos distribuídos em 2012, com meta de julgar 90% desses até 31/12/2016.

Para os processos distribuídos em 2012, o índice avançou um pouco mais durante o trimestre, alcançando resultado de 5,47% acima do estipulado para o período.

Já o indicador de processos distribuídos até 31/12/2011, apesar do avanço de 0,75% em relação ao período anterior, ficou ainda abaixo do esperado, mantendo o desempenho com nível apenas aceitável.

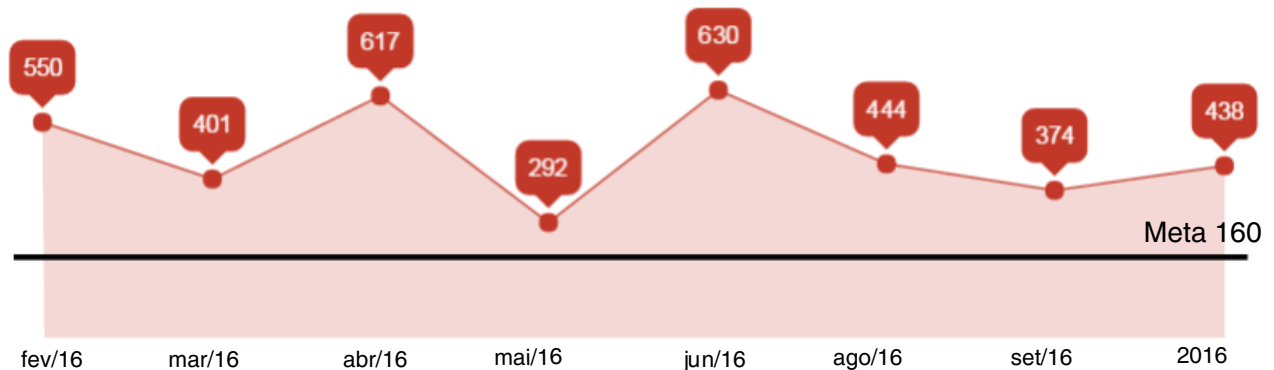
Em ambos os casos, houve grande esforço, em particular no mês de agosto, em que foram julgados um total de 2.686 desses processos, para uma média de 1.424 processos antigos julgados por mês.

Mensalmente são enviadas aos gabinetes de ministros planilhas de acompanhamento das metas do CNJ visando demonstrar o desempenho, como também para subsidiar as decisões no tocante a alavancar o resultado do indicador.



Tratar demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Tempo médio da afetação à publicação de acórdão



Comentário: Esse indicador está alinhado à Meta Nacional n. 7 de 2016, que trata de reduzir o tempo médio da afetação do recurso repetitivo à publicação de seu acórdão de mérito para 90 dias, até dez/2020. De 1º de julho a 30 de setembro de 2016, o tempo médio entre a afetação do processo até a publicação do acórdão foi de 438 dias. Em relação a essa prévia, importante registrar que:

a) para essa meta somente são considerados processos afetados a partir de 2014. Assim, o terceiro trimestre de 2015 apresentou o dado de 259 dias, mais próximo da meta do que o dado apresentado neste 3º trimestre.

b) ocorreram, neste trimestre, sete publicações: Corte Especial: 1 acórdão; Primeira Seção: 1 acórdão; Segunda Seção: 3 acórdãos; Terceira Seção: 2 acórdãos.

Houve um aumento do número das publicações comparado ao segundo trimestre de 2015. O aumento expressivo do tempo médio de 2016 (438 dias) em relação a 2015 (259 dias) se dá pelo motivo de que em agosto e setembro de 2015 foram publicados 6 acórdãos de temas afetados nos meses de julho, setembro, outubro de 2014, fevereiro e maio de 2015, enquanto em agosto e setembro de 2016 foram publicados acórdãos de temas afetados em novembro e dezembro de 2014, junho, setembro e novembro de 2015, maio de 2016.

Analisando esse quadro, identifica-se que o número obtido está distante da meta a ser alcançada no ano de 2016 (160 dias).

Questão: Quais medidas podem ser tomadas para reduzir o prazo dos processos submetidos ao rito dos recursos repetitivos?

Hipótese: Uma medida que poderá trazer resultados para o próximo semestre será a implementação da alteração do regimento interno do STJ em relação aos recursos repetitivos, que foi aprovada no dia 28/09/2016.

A legislação processual brasileira estabelece o procedimento dos recursos repetitivos, sem contudo adentrar em detalhes quanto a prazos, publicidade e consequências práticas do instituto. Isso, na prática, acarreta certa flexibilidade ao relator do recurso repetitivo que poderá, a seu juízo, adotar as medidas que entender pertinentes. A Proposta de Emenda Regimental 48/2016, aprovada na Sessão Plenária de 28/09/2016 (pendente de publicação), complementa as regras estabelecidas no Código de Processo Civil de 2015, estabelecendo, em cerca de 30 artigos, procedimentos dos recursos repetitivos, desde o momento de sua entrada no STJ como representativo da controvérsia até o seu trânsito em julgado, disciplinando ainda a revisão de tese.

Em relação à celeridade da tramitação do recurso repetitivo, que certamente refletirá no indicador 'tempo médio da afetação à publicação do acórdão', destacam-se:

- art. 256-N, § 2º - estabelece o prazo máximo de 1 ano para o julgamento do tema
- art. 256-P - atribui função de fiscalização ao presidente do órgão julgador (Corte Especial e Seções) para velar pelo cumprimento dos prazos previstos no capítulo dos recursos repetitivos
- art. 256-S a 256-V - cria procedimento de revisão de entendimento firmado em tema repetitivo. A ausência de procedimento correlato atualmente acarreta o receio de alguns julgadores em decidir a matéria sob o rito dos repetitivos, pois, em tese, a matéria não voltaria a ser discutida mais pelo STJ.

Esses dispositivos, alinhados à recente cultura de prevalência dos precedentes estabelecidos pelo art. 927 do CPC/2015, certamente contribuirão para a celeridade dos recursos especiais afetados sob o rito dos repetitivos e refletirá na melhoria da prestação jurisdicional brasileira como um todo.

Soluções propostas:

- a) reuniões pontuais com ministros e seus assessores para priorização do julgamento de processos repetitivos e a publicação do respectivo acórdão;
- b) em 18/3/2016, entrou em vigor a Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil) que destacou relevantes aspectos dos recursos repetitivos e, certamente, produzirá efeitos positivos no âmbito desta Corte;
- c) em 28/9/2016 foi aprovada pelo Plenário do STJ a proposta de Emenda Regimental n. 48, que dispõe, em linhas gerais, sobre i) a afetação colegiada e pela via eletrônica dos recursos repetitivos e do incidente de assunção de competência; ii) regulamenta o processamento do recurso representativo de controvérsia no STJ; iii) disciplina, de forma quase que exaustiva, o procedimento do processo afetado ao rito dos repetitivos ou admitido como assunção de competência.

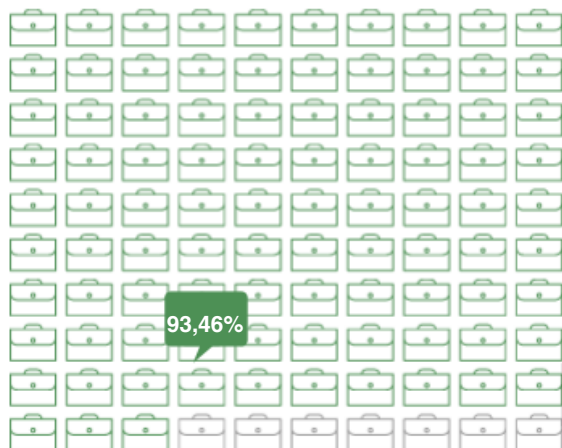
As alterações regimentais impactarão diretamente no trabalho do NUGEP que passará a acompanhar, caso aprovado pela alta administração do Tribunal, com mais um projeto estratégico, denominado de Projeto "Gerenciamento de Precedentes". No projeto serão registradas todas as demandas e seu impacto no desenvolvimento tecnológico.

Nota explicativa: O presente indicador é acompanhado pela Comissão Especial de Ministros (Portaria STJ 489/2014). O Assessor-Chefe do NUGEP participa de todas as reuniões da comissão e sempre que possível exalta a necessidade de se privilegiar o julgamento de recursos repetitivos. Para argumentar, são apresentados, mensalmente, diversos relatórios com as situações dos temas, acompanhado de possíveis soluções.



Aprimorar competências

Desempenho por competências dos gestores



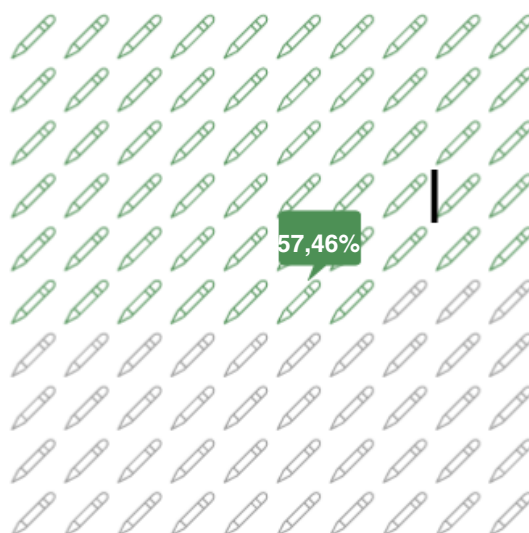
A última aferição do indicador foi realizada em 2015 com atingimento de 93,46%.

A próxima mensuração será apenas ao final de dez/2016, tendo como meta manter, no mínimo, em 90% o desempenho por competência dos gestores.

Ressalta-se que está em fase de consolidação um sistema informatizado (customizado pela STI), e em fase de finalização os formulários avaliativos para o lançamento do ciclo anual avaliativo dos gestores em meados de outubro.

Essa avaliação é uma das ações do programa estratégico Aprimore STJ.

Adesão às ações de educação corporativa



Meta 38,50%

O percentual de adesão às ações de educação corporativa continua a evoluir e deixa uma margem larga acima da meta esperada para o período.

O resultado indica por um lado o trabalho de divulgação e sensibilização da área e, por outro lado, maior interação da SGP para atendimento às demandas das unidades e dos servidores do Tribunal.



Atrair e reter talentos

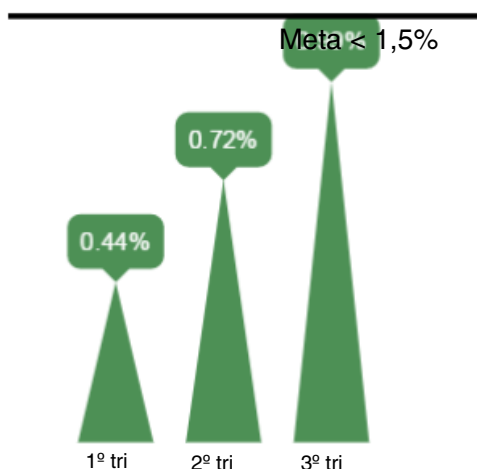
Clima organizacional



A última mensuração deste indicador, 76,47%, ocorreu em 2010 e serviu de linha de base para a meta de 80% para o período até 2020. A periodicidade do indicador é bianual, tempo considerado razoável para que o Tribunal execute ações efetivas que possam ser identificadas pelos servidores em uma próxima medição.

A área responsável submeteu projeto para gestão do clima para análise do Escritório Corporativo de Projetos, conforme registrado no Processo STJ n. 8160/2016. A aplicação da nova pesquisa de clima estava prevista para 2016, mas, por deliberação da alta administração, foi adiada para o início do próximo ano.

Desligamento de servidores efetivos

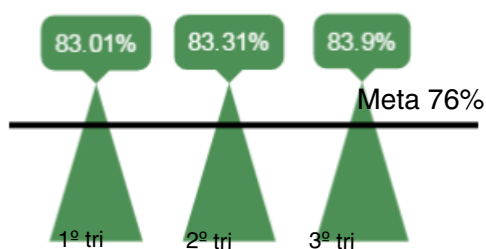


O percentual de desligamento de servidores efetivos do STJ no 3º trimestre de 2016 foi de 0,27%. O índice cumulativo está em 0,99%, abaixo do máximo esperado para os primeiros 9 meses do ano, 1,5%.

Inferese que o cenário econômico pelo qual o país está passando contribuiu para esse percentual abaixo da meta, tendo em vista que os órgãos públicos não estão convocando novos servidores.

Após a análise das entrevistas de desligamento dos servidores, verificou-se que de modo geral os motivos alegados para a saída do Tribunal são a remuneração defasada e a ascensão profissional. A maioria dos servidores, inclusive, relata que gostaria de voltar a trabalhar no STJ, caso tivessem oportunidade e vantagem remuneratória.

Ocupação de cargos e funções comissionados por servidores efetivos

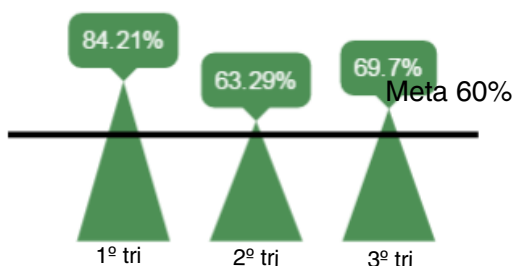


Conforme apresentado no gráfico de acompanhamento deste indicador, o percentual de ocupação de cargos/funções comissionadas por servidores efetivos do STJ no 3º trimestre de 2016 foi de 83,90%, acima da meta de 76%.

Cabe ressaltar que, após análise dos dados, verificou-se que o percentual de preenchimento de cargos em comissão é de 64,02% e de funções de confiança é de 91,24%.

Informamos ainda que ações com o intuito de aumentar o índice de ocupação de CJ e de FC por servidores efetivos permanecem em andamento, tanto por meio do aprimoramento dos serviços de seleção interna quanto por alterações na regulamentação sobre movimentação de servidores para as diversas unidades do Tribunal.

Ações de educação promovidas com instrutor interno



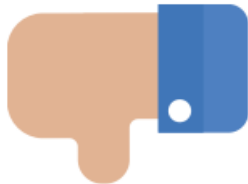
O resultado permanece acima da meta, refletindo a tendência de redução de custo com capacitação, já que o pagamento da gratificação para instrutores internos é menos oneroso que o gasto com facilitadores externos.

Este paradigma de atuação da Administração se mantém na atual gestão e é reforçado pelos cortes orçamentários, advindos da crise econômica.



Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC

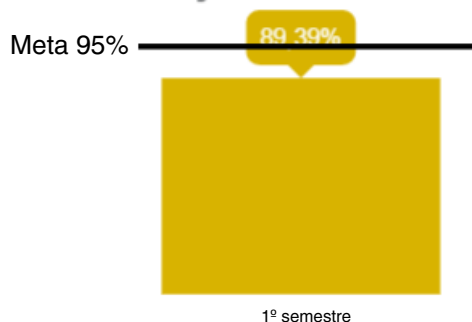
Vazão de demandas



O indicador visa medir o quanto está sendo produzido de novas soluções com o intuito de reduzir o congestionamento de demandas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

A previsão era que a mensuração relativa ao ano de 2015 fosse a linha de base para o desempenho do período 2016-2020. Contudo, após não ter ocorrido o início da medição durante o período da administração finda em agosto de 2016, os novos gestores, designados pela Portaria STJ/GDG n. 833 de 4 de outubro de 2016, ainda não haviam assumido plenamente a responsabilidade durante o 3o trimestre.

Satisfação na entrega de novos serviços de TIC



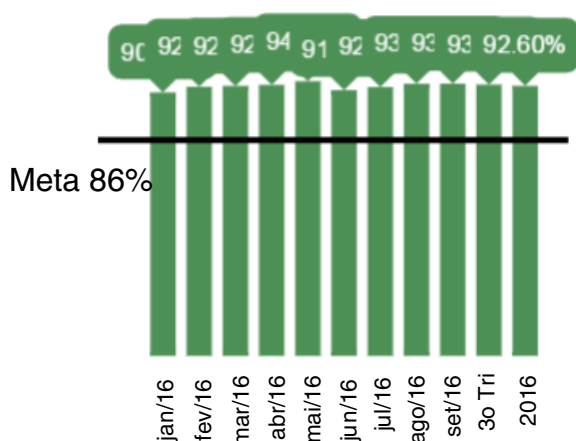
Trata-se de indicador de mensuração semestral.

Assim, o questionário da pesquisa de satisfação foi respondido ao final do 1o semestre pelos gestores de três dos projetos entregues no período. Observa-se que, embora o resultado obtido seja considerado satisfatório (89,39%), a meta estipulada de 95% não foi atingida.

A partir das respostas obtidas, é possível identificar alguns pontos que necessitam de melhoria no desenvolvimento do projeto, especialmente quanto ao aspecto da Previsibilidade, relativo à estimativa e o cumprimento dos prazos acordados nas diversas etapas do processo de desenvolvimento. Cumpre esclarecer que os prazos são impactados não só por problemas relativos ao desenvolvimento da solução, mas também por fatores externos, como alteração nas prioridades estabelecida pelos gestores.

Observa-se ainda que, entre outras, a questão referente à finalidade do produto obteve conceito máximo em todas as avaliações, confirmando o benefício proporcionado pelo produto entregue.

Satisfação dos usuários internos de TIC



Este indicador do Sistema de Gestão da Qualidade CORE, alinhado com o Plano STJ 2020, mede a porcentagem dos clientes internos satisfeitos com os serviços de suporte do atendimento de TIC do Tribunal, baseando-se nas respostas "satisfeito" e "muito satisfeito" da Pesquisa de Satisfação enviada após o atendimento do suporte técnico. No terceiro trimestre, 4.350 clientes responderam à pesquisa de forma positiva.

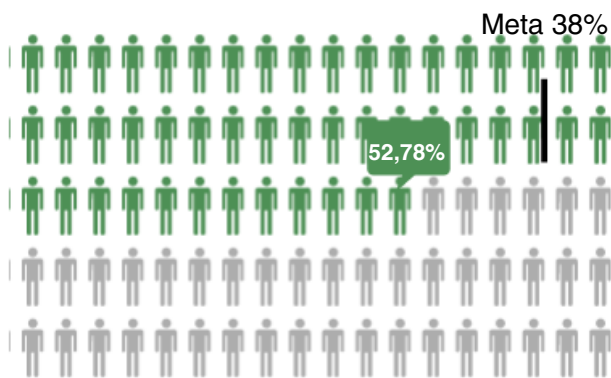
Uma das ações corretivas baseadas na pesquisa de satisfação foi tratada pelo SGQ (RESQ117): Plano de Ação para definir as prioridades na abertura dos chamados. Foram definidas categorias de atendimento que já são abertas com prioridades diferenciados de acordo com o impacto do serviço a ser prestado.

Por fim, observa-se que o resultado obtido no terceiro trimestre foi considerado satisfatório (93,03%).



Fortalecer a governança institucional

Governança de Pessoas

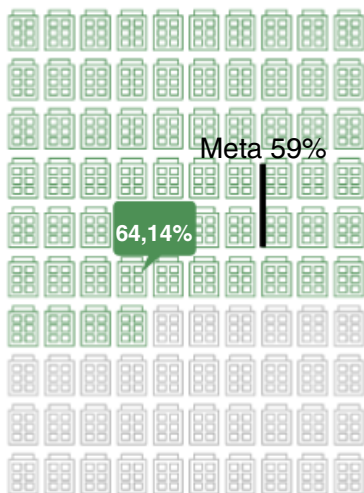


O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dezembro/2016. A medição registrada é a de 2015.

A meta para 2020 é alcançar o estágio “intermediário” em grau de maturidade em governança de pessoas, com percentual de cumprimento de 52%.

Durante o 3o trimestre a Secretaria de Gestão de Pessoas, com apoio da AMG, preencheu novo questionário oficial - o último havia sido respondido em 2013 - e, com várias mudanças observadas, o cálculo oficial ao final deste ano poderá demonstrar uma queda no valor, refletindo o novo conjunto de quesitos, que mudaram significativamente desde 2013.

Governança Institucional



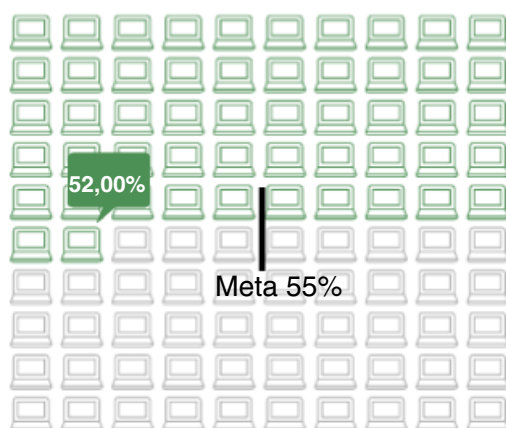
O indicador possui periodicidade anual, devendo ser mensurado somente em dezembro de 2016. Para o exercício corrente pretende-se alcançar 61% de grau de maturidade quanto à governança institucional.

A partir da análise das questões que obtiveram índice inicial de maturidade, foram realizados estudos sobre partes interessadas para viabilizar a implementação de tal foco nos processos de gestão de projetos, de riscos e do planejamento estratégico. Dentre as ações previstas, estão aquelas referentes à melhoria da comunicação da estratégia, mapeamento das partes interessadas nos projetos estratégicos e definição de política de gestão das partes interessadas.

Cabe destacar que o foco nas partes interessadas também veio por parte do CNJ que editou a Resolução 221/2016, instituindo princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário.

Por fim, salienta-se que a norma para implantação de política de governança institucional encontra-se elaborada pela área técnica aguardando momento oportuno para ser validada pela administração.

Governança de TIC



A medição deste indicador é anual e ocorrerá novamente em dezembro de 2016. A meta proposta é de alcançar, em 2016, 55% de grau de maturidade em relação à governança de TIC, mantendo-se em um estágio “intermediário”, para que em dezembro de 2020 atinja o estágio “aprimorado”, com 70% de maturidade quanto ao tema.

Observa-se que o resultado de 52% apresentado representa a medição feita em 2015 e que serviu de linha de base, pois havia ocorrido um reajuste significativo no cálculo após a medição anterior - que tinha indicado um valor de 66%, resultado que, nas circunstâncias renovadas, não tinha mais o mesmo significado.

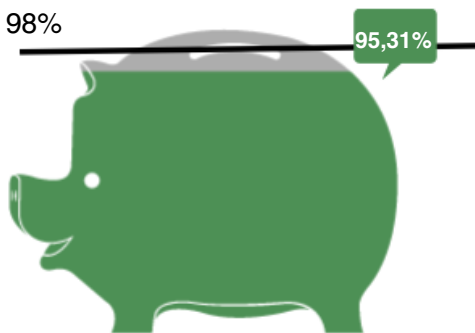
Também se deve esclarecer que em julho de 2016 o STJ enviou ao TCU um novo questionário preenchido. Baseado nas respostas e na metodologia já utilizada anteriormente pelo órgão de controle, seria possível fazer uma estimativa do resultado. Porém, o STJ aguardará a manifestação daquele órgão controlador, com um valor já cancelado.



Assegurar e gerir o orçamento

Execução do orçamento estratégico

Meta 98%



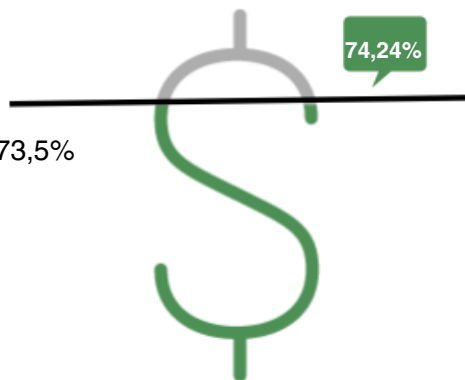
Neste trimestre foram efetuados pagamentos para aquisições relacionadas aos seguintes projetos estratégicos:

- a) Gestão Documental do STJ (aquisição do corretor ortográfico do sistema SEI),
- b) Semear Inclusão (pagamentos do contrato 037/2015 - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)
- c) Projeto Portal 2020 - execução do Contrato 024/2014 - pagamentos efetuados à empresa Infosolo.

Não foram realizados os pagamentos de tutor previstos para o projeto Alinhamento STJ 2020, tendo em vista a necessidade de atualização de valores de hora aula. Esses desembolsos foram programados para o 4o. trimestre de 2016.

Execução orçamentária

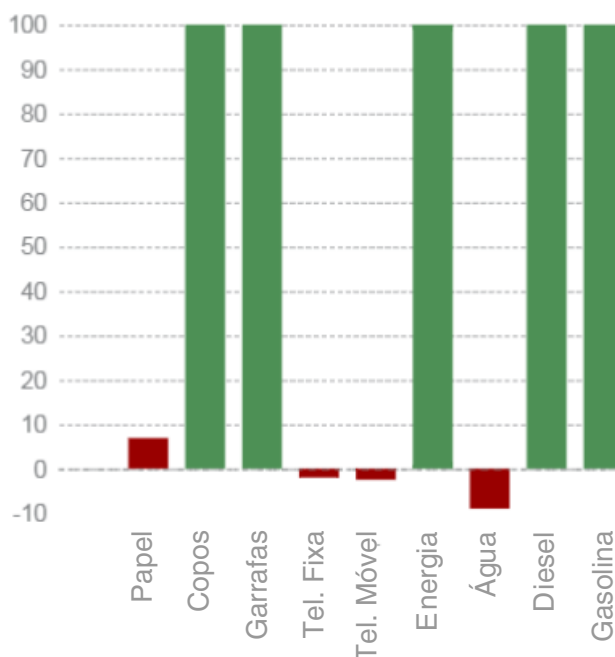
Meta 73,5%



A execução do orçamento, no terceiro trimestre, seguiu a tendência de crescimento demonstrada no período anterior, finalizando o mês de setembro com 74,24% do total a ser executado em relação ao exercício 2016.

Dos aproximadamente R\$ 653,8 milhões gastos, de um orçamento anual total de R\$ 880,8 milhões, 74% foram dedicados à rubrica "Pessoal e Encargos Sociais", quase 26% em "Outras Despesas Correntes" e pouco menos de R\$ 500 mil em "Investimentos".

Aderência ao Plano de Logística Sustentável - PLS



Este indicador é formado por um conjunto de medições envolvendo múltiplos temas: consumo de papel, copos, garrafas, telefonia, energia, água, combustível, entre outros.

A captação dos dados sobre todos os temas previstos depende da colaboração de diversas unidades deste Tribunal, algumas das quais ainda não se envolveram plenamente. Constatou-se, também, que diversos temas precisam de adequações para possibilitar sua medição. Dessa forma, por enquanto, foram levantados os dados de consumo ou de gastos de nove elementos.

É relevante observar que há materiais ou serviços cuja redução de consumo superou amplamente a meta - economias de mais de 100% estão ocorrendo no consumo de copos descartáveis, garrafas de água de 500 ml, na telefonia móvel, energia e nos dois tipos de combustível utilizados pela frota de veículos.

Essas reduções certamente resultam do trabalho intenso de conscientização da AGS e do momento econômico vivido pelo STJ - e espera-se que continuem os esforços de diminuição de consumo já como força do hábito.

Por outro lado, percebe-se que o consumo de papel está bem acima do esperado no 3º trimestre, com 4.901 resmas ao passo que deveriam ter sido requisitadas no máximo 3.942. As razões para esse fraco desempenho ainda estão sendo analisadas.

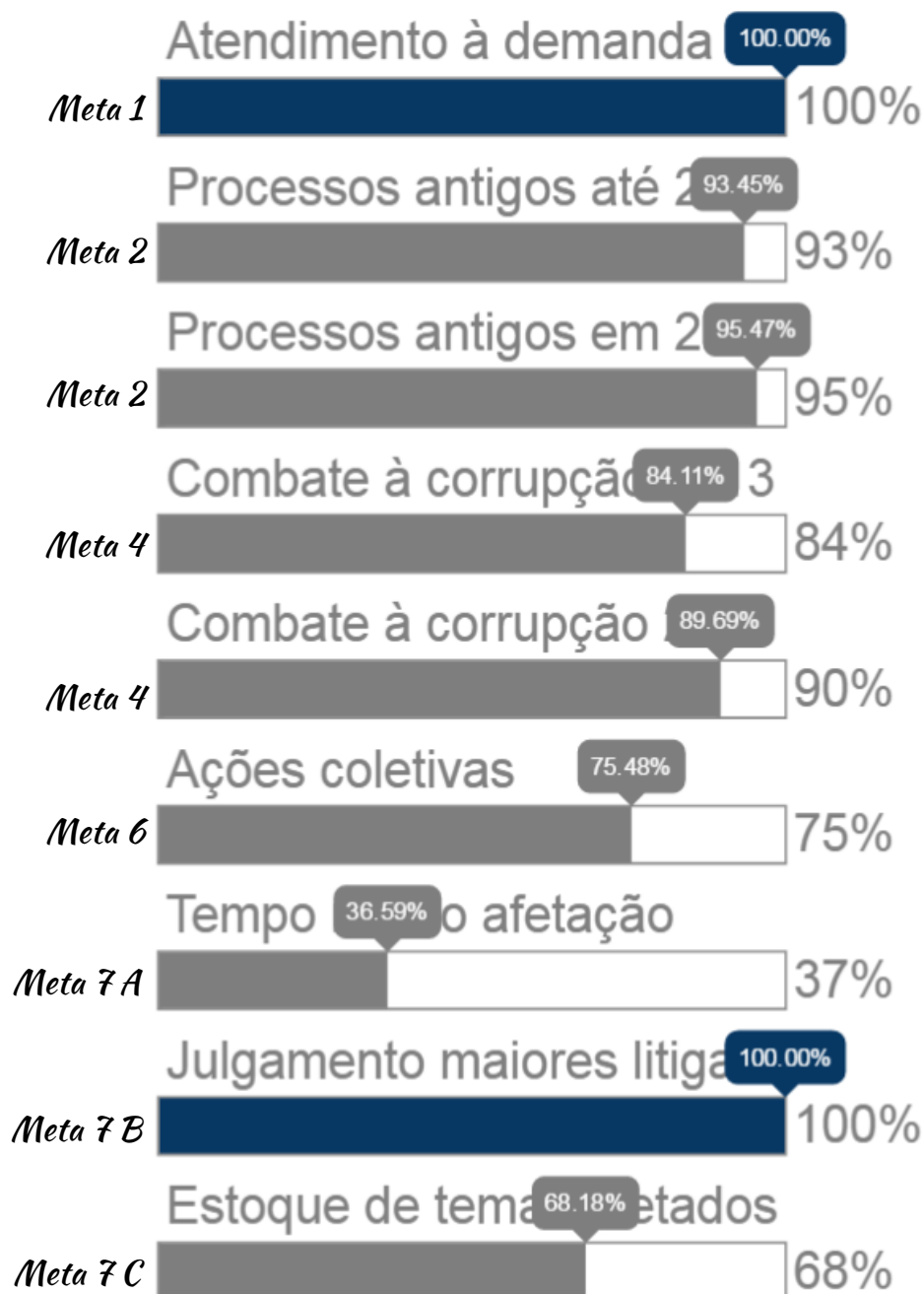
Não menos desafiador será analisar as causas e reverter o aumento de consumo de água e das telefonias fixa e móvel até agora em 2016.

Nota explicativa: O gráfico representa o percentual de atingimento real acumulado do ano. Assim, observa-se que 4 medições ficaram abaixo do esperado.

Metas Nacionais

As metas nacionais do Poder Judiciário atribuídas ao STJ em 2016 estão alinhadas aos indicadores estratégicos citados anteriormente. Das 5 metas acompanhadas pelo Tribunal neste exercício, até o momento, cumprimos a Meta 1 e a parte B da Meta 7, conforme critérios utilizados pelo CNJ.

Ressalta-se que as Metas 2 e 4 são desdobradas por período de referência. Já a Meta 7, por distintos propósitos do Macrodesafio "Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes". A parte "A" trata da redução do tempo médio da afetação à publicação dos acórdãos dos recursos repetitivos; a "B" prioriza o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos; a "C" trata do julgamento do estoque de temas afetados até 31/12/2014.



Projetos

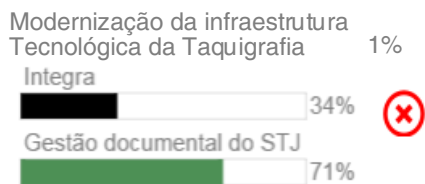
Assegurar e gerir o orçamento



Fortalecer a governança institucional



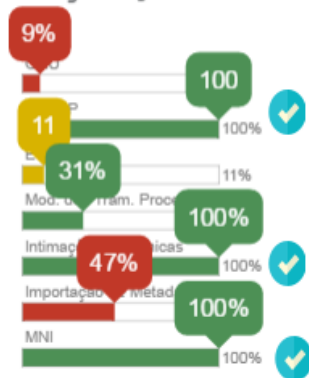
Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC



Aprimorar competências



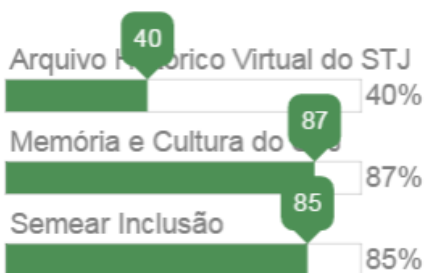
Buscar excelência na prestação jurisdicional



Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes



Promover a cidadania



Oferecer serviços com qualidade



Fonte: Project Web App, atualizado em 30/9/2016, disponível em: <http://projeto/pwa>.



Projeto Concluído



Projeto Suspenso



Projeto Cancelado

Projetos

Dentre os produtos entregues pelos projetos estratégicos, destaca-se que o projeto Alinhamento STJ 2020 atuou com o desdobramento da estratégia do Tribunal em mais uma unidade: a Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS); inovou nos relatórios setoriais com o uso da ferramenta Piktochart e realizou nova turma do curso EAD “Exercitando o Gerenciamento de Projetos”. Seguem sobrestados a reformulação do curso de BSC e a aquisição do software de gestão estratégica (Processo STJ n. 5706/2016).

O programa Aprimore STJ entregou o mapeamento de atribuições por produtos (MAP) das Coordenadorias da Segunda Seção, de Atendimento Judicial, de Compras, de Contratos e de Divulgação de Jurisprudência; a análise fatorial preliminar do instrumento avaliativo; a análise dos instrumentos avaliativos do ciclo executado em 2015, para customização em 2016; e por fim, a redação dos indicadores dos instrumentos avaliativos de 2016.

A Comissão vinculada ao programa Semear Inclusão elaborou uma proposta para criação de unidade específica para cumprir a Resolução CNJ n. 230/2016, além de realizar o 1º Curso Básico de Libras/2016.

O programa Memória e Cultura do STJ realizou diversas ações, como exposições e lançamento de livros, além das visitas dentro dos projetos “Sociedade para Todas as Idades”, “Saber Universitário da Justiça”, “Despertar Vocacional Jurídico” e “Museu-Escola”.

O programa Gestão Documental do STJ fez uma importante entrega: a inclusão do software de correção ortográfica para o editor de texto do SEI. A fase II do projeto (Atualização dos Instrumentos de Gestão Documental) encontra-se em atraso devido à necessidade de redefinir a proposta de atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos (PCTT) da área-meio. O cronograma da Fase III (Modernização do Arquivo Central) está suspenso, em razão do corte orçamentário e aguarda recursos para aquisição do mobiliário pretendido.

Alguns projetos tiveram solicitação de mudança aprovada: do Projeto Portal 2020 foram retirados do escopo os seguintes itens: aquisição de computadores iMac’s, renovação da licença do OpenText, atualização do pacote de software Adobe e adequação do Portal aos requisitos de acessibilidade em alto-contraste. Com a redução do escopo, a expectativa de conclusão do projeto será para o próximo trimestre, com o encerramento do contrato 024/2014. Também houve alteração no projeto Metodologia de Apuração e Análise de Custos, com a inclusão do produto “Sistema para disponibilização de informações orçamentárias e financeiras no Portal do STJ”. Trata-se de um módulo do Portal do Gestor já iniciado, mas sua implementação foi interrompida, pois a equipe técnica do projeto na STI tinha outras prioridades estabelecidas pela SOF. Será realizada reunião com os técnicos da STI para readequação de prazos.

No que tange ao orçamento, a proposta de gastos da iniciativa Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia não foi aprovada, tendo em vista o cenário atual de contenção de gastos. Os gestores reiteram as dificuldades pelas quais a Seção de Áudio e Vídeo e a Seção de Suporte de Notas e Textos vivenciam em razão de seus equipamentos e softwares obsoletos e direcionarão seus esforços para a elaboração do Documento Oficialização de Demanda (DOD) para contratação de uma consultoria especializada em especificação do novo sistema de infraestrutura da Taquigrafia. Sobre o mesmo tema, informa-se que o projeto Modernização do Controle de Acesso incluiu as propostas financeiras atualizadas, o mapa comparativo de preços e a minuta do novo termo de referência para sua aquisição.

Os projetos com situação crítica quanto aos prazos são: E-Pet, GRU, Importação de Metadados e Modernização do Trâmite Processual dos Órgãos Julgadores, os quais não entregaram produtos e serviços no período. A principal dificuldade enfrentada nessas iniciativas é a falta de equipe técnica da STI para executar as demandas, influenciando nos prazos. Outro fator importante foi a mudança de gestão no Tribunal, que promoveu a reestruturação de secretarias, implicando a reformulação das equipes.

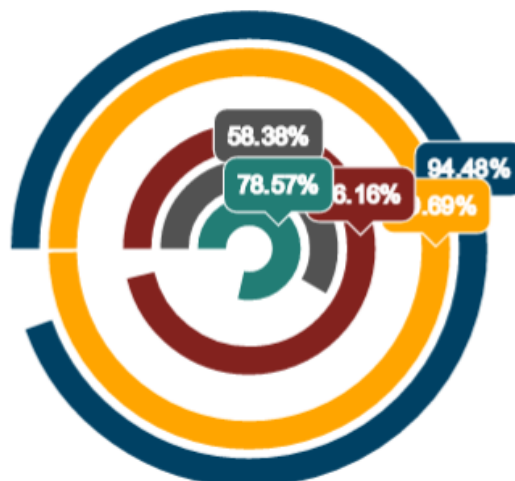
Neste trimestre, foi concluído o projeto Pesquisa de Satisfação do Usuário aumentando para 19% o índice de projetos finalizados. Havia expectativa de conclusão do projeto Gestão de Processos Múltiplos, porém isso não foi possível tendo em vista o atraso na entrega de alguns itens, justificado pela entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), que ensejou diversas alterações no sistema Justiça. Apesar dos atrasos, ocorreram entregas importantes: foi publicada a Resolução n. 15/2016, que, dentre as alterações na estrutura orgânica do STJ, instituiu os cargos e funções do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP). Também foi aprovada pelo Plenário desta Corte a proposta de Emenda Regimental n. 48, que motivará mais um projeto estratégico, denominado “Gerenciamento de Precedentes”.

Além da conclusão do citado projeto, pretende-se no próximo período a implantação da primeira versão do principal produto do projeto Arquivo Histórico Virtual do STJ: a página do “Arquivo.Cidadão” no Portal do STJ. Também está em andamento a organização do Acervo Fotográfico.

O projeto Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) continua suspenso aguardando uma priorização da Administração.

Podemos concluir que os fatores do último trimestre ainda impactam sobremaneira no andamento das iniciativas neste período: restrições orçamentárias e falta de equipe para desenvolvimento de sistemas na STI.

Alinhamento Estratégico



■ Produtividade ■ Competências ■ Retenção de talentos ■ Governança ■ Orçamento ■ Sustentabilidade

Nesse terceiro trimestre de 2016, após a inclusão no cálculo do indicador de sustentabilidade, o Tribunal obteve média de 90,83% no radar da estratégia, índice considerado aceitável.

Destaca-se que o Resultado Global do STJ, calculando a média do atingimento das metas estratégicas, é de 90,66%, indicando, como já no 2º trimestre, que o Alinhamento de 7 unidades reflete o quão próximo caminham as unidades em conjunto com a visão geral do Tribunal.

Houve um decréscimo praticamente insignificante de 0,03% em relação à avaliação anterior. Apesar do critério de sustentabilidade ter trazido alguns resultados críticos, o aumento na produtividade de 93,16% para 94,48% fez essencial diferença, evidenciando que o enfoque das várias unidades em atingir as metas se reflete nos resultados e que, com certeza, algumas medidas corretivas previstas após a primeira medição surtiram efeitos.

Os critérios Competências e Governança continuam em situação ótima, como pode ser observado no gráfico, em parte porque mantiveram-se resultados de indicadores semestrais e anuais que serão recalculados ao final do ano, mas também demonstrando que os gestores das unidades não apenas se preocupam com o desenvolvimento de suas equipes, mas também estão atentos aos marcos de controle de gestão.

O quesito de orçamento continua como o ponto mais crítico - o que não é uma surpresa em um ano em que vários investimentos tiveram que ser adiados devido às restrições orçamentárias. Mesmo assim, a STI teve um leve crescimento na medição, de 42,08% para 47,66% de uso do orçamento previsto para o período; por outro lado, a AMG não logrou executar 70% do previsto, basicamente pelo adiamento de capacitações, refletindo a continuada preocupação da alta administração com a economia de gastos. Outras unidades com previsão de gastos em iniciativas estratégicas, a SED e a SGP, já desde o início do ano prepararam-se para investir apenas no 2º semestre, de forma que não houve reflexo de suas respectivas atuações sobre o resultado.

O critério de retenção de talentos, indicador cuja periodicidade de medição é bianual, será medido apenas em 2017, após novo adiamento da pesquisa de clima organizacional.

Não apenas em nível estratégico, como também em setorial, o atingimento de reduções de consumo, representado pela vertente da sustentabilidade, entrou no cálculo do alinhamento pela primeira vez. Diferente, porém, do cálculo global, no caso das unidades alinhadas houve apenas a consideração de valores de redução de gastos com resmas de papel e de copos plásticos, medições que podem ser feitas pelos gestores das unidades por meio do Portal do Gestor. O atingimento médio de 78,57% das reduções previstas demonstra, em particular, que nas unidades o menor decréscimo de uso tem sido, até agora, o de copos descartáveis. No entanto, por questões específicas, o consumo de papel em uma das unidades não foi considerado nesta medição. Pode-se inferir, portanto, que o STJ ainda está gastando muito com papel e que há economia de copos.

Demonstra-se, assim, que o projeto Alinhamento precisa se expandir e que ainda há espaço para participação de todas as unidades nos resultados globais.



A base para o futuro que queremos